

Solução para invasão comercial

Os comerciantes do Plano Piloto que invadem áreas públicas podem respirar aliviados. A partir de agora, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não vai mais impedir que os donos de estabelecimentos comerciais das entrequadras ampliem os espaços de suas lojas.

A decisão foi anunciada na terça-feira, durante a reunião entre o presidente do Iphan, Carlos Henrique Heck, o ministro da Cultura, Francisco Weffort, e três secretários do GDF. Na mesma reunião, em que foi discutida a questão da Vila Telebrasília, o Iphan tratou também de outro assunto polêmico: a construção de 90 baias de cavalos para a Polícia Montada no Parque da Cidade.

O administrador do Parque, Cássio Poli, não ficou surpreso com a intervenção do

ministro da Cultura no caso das baias. A briga com o Iphan já durava cerca de cinco meses. "Tanto eu sabia que nós iríamos ganhar a guerra, que ignoramos os pareceres do Iphan e continuamos as obras mesmo à revelia deles", disse. Segundo Poli, em 30 dias, a Polícia Montada já deverá estar trabalhando no Parque.

Quem não gostou da novidade foi o deputado distrital Chico Floresta (PT). Ontem, ele passou a noite na Praça dos Três Poderes, em protesto contra a construção das baias. "Nós não somos contra a segurança no Parque, mas achamos que os cavalos vão trazer um impacto muito ruim ao Parque, como moscas e mau-cheiro", argumenta o deputado. Nos próximos dias, Chico Floresta pretende buscar recursos judiciais para impedir que as

obras continuem.

Em relação à invasão de áreas públicas no comércio das entrequadras do Plano Piloto, o ministro Weffort afirmou, após a reunião, que a base técnica para o equacionamento da solução já existe. Esta base técnica partiu de um levantamento realizado pelo Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF (IPDF).

Segundo o levantamento, a Asa Sul é a campeã em invasão de área pública nas entrequadras comerciais: 52% dos estabelecimentos comerciais utilizam áreas de circulação externa para fins particulares. Na Asa Norte, este número cai para 22%. Ao todo, segundo o IPDF, são 54.460 metros quadrados de área pública invadida por comerciantes em todo o Plano Piloto. Bares, boates, restaurantes e lanchonetes são

os principais tipos de estabelecimentos que cometem esta irregularidade.

O próximo passo, segundo o Iphan, é determinar a metragem máxima de ampliação dos estabelecimentos comerciais. "Vamos conversar diretamente com as associações comerciais e optar entre as alternativas existentes", diz Carlos Henrique Heck. O Iphan, porém, não fixou nenhum prazo para que estas reuniões ocorram.

Para o comerciante Marcos Melo, dono de uma pizzaria na Asa Norte que já teve parte de sua construção derrubada por invadir área pública, a trégua anunciada pelo Iphan veio em boa hora. "Mas eu acho que os critérios sobre o que é ou não permitido devem ser feitos o mais rápido possível, para que nós não tenhamos novos prejuízos", diz. (V.F.)